

9m
11/3/97 A1eA6
05

Ambiente é só um conceito

Economia monopoliza a atenção

por Washington Novaes
do Rio

Não há como não sair com uma sensação de desconforto – no mínimo – do primeiro dia de discussões do “workshop” Agenda 21 – A Utopia Concreta, em que especialistas de vários setores fizeram um balanço do que aconteceu após a Rio 92 e dos possíveis caminhos em direção ao desejado desenvolvimento sustentável. A sensação é de que os problemas em âmbito nacional e planetário não cessam de crescer – e muito rapidamente –, enquanto as soluções caminham a passos lentíssimos, quando caminham.

O tema geral proposto aos vários conferencistas era ambicioso: Brasil 2020: a busca da sustentabilidade econômica, social e ambiental. E, logo de saída, o diretor do Banco Nacional de Desenvolvi-

mento Econômico e Social (BNDES), Sérgio Besserman, já atirou alguns jatos d'água na fogueira.

Lembrou que, para pensar minimamente em sustentabilidade econômica e social, teremos de aumentar a taxa de investimento em 4% do Produto Interno Bruto (mais uns R\$ 30 bilhões por ano). (Cont. A-6)

Cinco anos depois da realização da Rio 92, os avanços e retrocessos no meio ambiente mundial serão analisados na Rio + 5, que começa quinta-feira. A maior parte das metas traçadas em 1992 não foi cumprida, porque o desemprego ocupou o cenário internacional, ofuscando a questão ambiental. (Pág. A-6)■

NACIONAL

Ambiente ainda é só um conceito

por Washington Novaes (*)
do Rio
(Continuação da pág. A-1)

Se conseguirmos, ainda assim vamos "correr atrás de condições que já estão dadas no plano global", onde, a seu ver, a economia não está na rota do desenvolvimento sustentável. "Os dados da ciência sugerem certo pessimismo", argumentou, com estatísticas sobre a extinção da biodiversidade e aumento da temperatura na Terra. E no plano interno não estamos nos qualificando "para o exercício do poder econômico" representado pela vantagem comparativa de um país detentor da maior biodiversidade do mundo e da possibilidade de construir uma civilização da biomassa. Nem sequer temos estratégia para isso.

O secretário de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg, não negou que haja uma "antinomia entre globalização e desenvolvimento sustentável" e que os resultados de 1992 para cá "não são proporcionais ao avanço conceitual". Ficamos, portanto, no plano das intenções, e sem incorporar ao conceito de desenvolvimento sustentável a dimensão econômica e financeira.

Com a intervenção do economista Roberto Cavalcanti de Albuquerque, o quadro complicou-se ainda mais. Não conseguimos ainda nem mesmo "compatibilizar a liberação nas importações" com nosso ritmo de aquisição de competitividade internacional: "O Plano Real precisa desvincular-se da armadilha perversa em que está enredado (...). A visão ultraliberal desaconselha uma política industrial, que é a mais essencial". Na verdade, pensa ele, deveríamos ser diferentes de Taiwan e Cingapura, cuidar muito do mercado interno, que é menos fragmentado, não produz tantos desequilíbrios regionais. Além disso, o que vamos colocar no lugar do antigo tripé estado-capital nacional-capital estrangeiro? O primeiro perdeu sua capacidade, o segundo fragilizou-se. "Que queremos?" — perguntou. Qual é a nossa estratégia? Como juntaremos liberdade, equidade, representatividade, cidadania e preservação ambiental? E como daremos sustentabilidade política a essa equação? Como faremos para modernizar toda a nossa sistemática de planejamento de modo a cumprir todos esses objetivos?

"Um projeto para o Brasil ainda é necessário", sustenta ele. Porque se chegarmos a 2020 crescendo 5% ao ano durante todo esse período, teremos 200 milhões de habitantes, renda per capita de US\$ 12 mil e um PIB de US\$ 2,3 trilhões. "Seremos relativamente desenvolvidos".

Mais água na fogueira das nossas ilusões saiu das palavras do secretário de coordenação de políticas sociais do governo federal Vilmar Faria, ao lembrar que o processo de globalização torna novos grupos vulneráveis, quando já temos um déficit social gigantesco (quaisquer que sejam os números). E "o sistema de programas e instituições na área social é mais parte do problema que das soluções" — a tal ponto que os gastos públicos (21% do PIB) beneficiam mais os 20% mais ricos (que ficam com 21% do total que os 20% mais pobres (que recebem 16%).



Não bastasse isso, a tendência do padrão de crescimento no mundo é a de agravar as desigualdades, enquanto internamente se observa o agravamento do processo de desigualdade regionais — "o que nos obriga a repensar o federalismo". E "não há solução de curto prazo". A própria ação de médio e longo prazos "precisa de sustentação política; como conseguir isso com a alternância de poder?". Seria necessária uma "coalizão política" ao longo do tempo.

Também o prof. Jacques Marco-

vitch, pró-reitor de Cultura da USP, vê com certo pessimismo o panorama. Porque não aprendemos com nossos erros no plano ambiental (despoluição do Tietê e da Guanabara, que não caminham, Angra dos Reis, etc.) E como vamos conciliar os ciclos de tempo das empresas (que pensam no curto prazo) com os do governo (longo) e da Universidade (médio e longo)? Como "sair da lógica do poder para a lógica de resultados"? Como impedir que as ONGs continuem a se fragilizar? Marcovitch admitiu explicitamente o pessi-

mismo, mas "uma crença absoluta" no futuro — se formos capazes de reconhecer nossos erros.

Augusto Franco não entrou pelo termo do diagnóstico dos nossos dramas, preferiu propor caminhos: "Precisamos democratizar o pensamento e a possibilidade de estratégia", que, a seu ver precisam ser compartilhados com a sociedade, impregnar o Congresso. Se o objetivo é o desenvolvimento sustentável, pensa ele, "não pode ser apenas o pensamento dos sábios levado ao presidente". É preciso construir uma estratégia de parcerias, que não se confunde com terceirização. Só que não há ciência para isso: "Arbitra-se um horizonte estratégico e define-se um pensamento também estratégico". Reconhecendo que o padrão atual está esgotado e que "é preciso criar uma esfera social pública nova, um espaço em que haja interlocução continuada e interação entre os protagonistas". Difícil, sem dúvida; quando tudo isso pressupõe políticas públicas integradas (são desconexas), reforma do Estado, reforma da política, mudança no processo de tomada de decisões, nova distribuição espacial do desenvolvimento (para enfrentar as desigualdades regionais e outras adequações), mudanças na organização do poder e pólos desencadeadores de mudanças. Sem esquecer a equação política que sustenta tudo isso.

Os dados acrescentados à discussão, pelo secretário de Coordenação de Políticas do Ministério do Meio Ambiente, Haroldo Mattos Lemos, não amenizaram as perspectivas. Ao contrário: é escassa consciência do desenvolvimento sustentável, faltam educação básica para avançar a compreensão, recursos naturais cami-

Editoria de Arte/Gazeta Mercantil

Condições básicas para preservação

- Aumento do nível educacional
- Estabilização do crescimento demográfico
- Busca de produção mais limpa
- Busca de maior eficiência na utilização de materiais e de energia
- Diminuição dos resíduos poluentes
- Adoção de estilo de vida e de desenvolvimento que diminua o consumo de energia e de recursos naturais
- Conservação da base ambiental existente (solo e águas)
- Integração das questões ambientais e econômicas em todos os níveis de tomada de decisão

Dados do Ministério do Meio Ambiente

nam para o esgotamento. Enquanto isso, os países mais ricos continuam, com pouco mais de 20% da população, a consumir 70% da energia, 75% dos metais, 85% da madeira, 60% dos alimentos. Que acontecerá quando o mundo chegar aos 11 ou 12 bilhões de pessoas previstas para daqui a um século? Teremos de reduzir os padrões de consumo, sem dúvida. E uma instituição já provou ser isso possível, a Global Action Plan for the Earth. Trabalhando em 8 mil residências de vários países, conseguiu reduzir o lixo em 40%, o consumo de energia em 12% e o de água em 15%.

Uma das poucas informações esperanças num mar de desconforto — ao lado de outra acrescida pelo presidente da Agência Espacial Brasileira, Gylvan Meira Filho: ainda vai demorar algumas décadas, mas o problema da camada de ozônio se resolverá, como o fim da emissão dos CFCs e a dissolução do que foi liberado na atmosfera. Menos mal, já que

o problema de mudanças climáticas "é sério". Se se confirmar a previsão de que a população mundial só se estabilizará em 11 ou 12 bilhões (o dobro da atual) e não mudarem os padrões energéticos e de consumo, a emissão de dióxido de carbono também tenderá a dobrar. E nesse caso será fatal que a temperatura do planeta suba entre 1,5 e 4,5 graus (dependendo de quando evapora, quanto provoca aquecimento).

Poderíamos, no Brasil, até desfrutar de uma posição privilegiada, com a possibilidade de gerar energia por biomassa renovável — e por desfrutarmos ainda da maior biodiversidade do planeta, admite Gylvan Meira. Mas conseguiremos reunir todas as condições políticas, econômicas e sociais que embasem esse desenvolvimento sustentável?

Vamos ver se os próximos dias neste "workshop" nos dão respostas mais otimistas.

* Especial para a Gazeta Mercantil

Economista do Ipea alerta para o déficit social

Aumento do investimento público de 2,9% para 4,8% do PIB ainda será insuficiente para atender à urbanização

por Fátima Laranjeira
do Rio

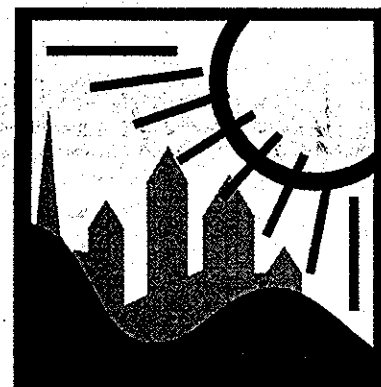
O desenvolvimento econômico é necessário não só para diminuir a desigualdade social, mas para recuperar o Estado e sua capacidade de investir em políticas sociais, urbanas e de saneamento básico, cujas demandas irão se elevar enormemente até o ano de 2020, com a maior urbanização do País. Essa é a visão do presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fernando Antonio Rezende da Silva, que falou ontem na mesa redonda "Timing e Déficit das Políticas Sociais: Como Reduzi-los", no "workshop" Agenda 21, Brasil — a Utopia Concreta, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) no Rio de Janeiro.

O economista traça uma trajetória que ele mesmo considera otimista para a economia brasileira, com um crescimento de 6% ao ano na próxima década, o que dobraria a renda per capita da população brasileira dos cerca de US\$ 4 mil para US\$ 8 mil ao ano. "Isso reduzirá a pobreza, mas esse cenário está condicionado à aprovação das reformas no Congresso, que criariam condições para a economia absorver o crescimento estimado de

2,3% ao ano da população e diminuir o desemprego para cerca de 5%, no conceito do IBGE", afirma.

No cenário projetado pelo presidente do Ipea, os investimentos do Estado passariam dos atuais 2,9% para cerca de 4,8%. "Isso recuperaria a capacidade de investimento público, mas sem voltar aos áureos tempos da década de 70", afirma Fernando Rezende. Os desafios públicos até o ano de 2020 serão enormes, já que cerca de 90% da população brasileira viverá em cidades, aumentando imensamente a demanda por serviços urbanos. Pelas projeções do Ipea, o Brasil precisa investir R\$ 30 bilhões em dez anos para evitar uma grande deterioração da cobertura de saneamento básico: "Por isso, a tendência será caminhar para a privatização do saneamento, cujos problemas terão de ser reequacionados".

Além disso, em 2020 estima-se que o Brasil terá 20 milhões de pessoas com mais de 65 anos de idade, o que ampliará bastante os gastos com Previdência e Saúde. Fernando Rezende diz que, embora os demógrafos vejam os dias de hoje como a "fase áurea da transição demográfica" — onde o perfil da população não leva ainda a es-



ses gastos — a análise não está correta: "Se desagregarmos esses dados populacionais por faixa de renda e regiões veremos que o grande desequilíbrio regional será um dos principais problemas do Brasil nos próximos 20 anos", diz. Para a secretária-executiva do MMA, Aspásia Camargo, o problema regional aparece com crucial na solução da questão social. "Mas não se pode separá-lo do problema de infraestrutura que é vital para discutirmos essas questões".

A redução da pobreza, a estabilização da população e a adoção de formas produtivas mais limpas são vistas pelo secretário de Coordenação dos

Assuntos do Meio Ambiente do MMA, Haroldo Mattos Lemos, como algumas das condições básicas para o País atingir o desenvolvimento sustentável. "É preciso ainda que se adotem estilos de vida e de crescimento que reduzam o consumo de energia e de recursos naturais, que se conserve o ambiente e se integre as questões ambientais e crônicas em todos os níveis", afirma.

As deficiências sociais, no entanto, só serão superadas com forte investimento no capital humano, essencial para criar um novo modelo de produção, avalia Marcos Maciel Formiga, superintendente de Tele-Educação da Fundação Roberto Marinho: "Embora o Brasil tenha uma das melhores redes de pós-graduação do mundo, não tem sido competente para resolver seus problemas de educação básica e hoje temos 20 milhões de analfabetos, o mesmo número existente no meio do século".

Ele lembra que o trabalhador brasileiro tem, em média, 3,9 anos de estudo frente a 6,8 anos na América Latina e 10 anos nos Tigres Asiáticos, que investiram fortemente em educação básica a partir dos anos 60. Formiga acredita, porém, que o País

tem capacidade física, humana e tecnológica para superar isso. "A parceria com as empresas, como no Telecurso, que ensina 120 mil trabalhadores, pode ser um caminho".

Cinco anos após a realização do Rio 92, são poucas as empresas brasileiras que têm políticas ambientais, lembrou Dalia Maimon, vice-presidente da Sociedade de Incentivo e Apoio ao Gerenciamento Ambiental (Siga). Ela lembrou uma recente pesquisa da Price Waterhouse, com 126 grandes empresas, que constatou que 25% não têm nenhum tipo de política ambiental e 75% possuem sistemas de gestão completos ou em implantação, parcela similar à que respondeu que a variável ambiental é importante internacionalmente.

Com as pequenas empresas a preocupação é bem menor. Dalia, que coordena um projeto ambiental no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), conta que uma pesquisa realizada pela entidade com 300 pequenas empresas concluiu que apenas 9% desenvolvem políticas ambientais, e que essa parcela estava ligada a setores exportadores ou a grandes empresas, que já tinham programas em desenvolvimento.

11/3/97
Gm
05

A 6

Especialista aponta risco na área energética

por Daniela Caride
do Rio

O Brasil poderá vir a sofrer uma crise ambiental quando o setor energético for repassado às mãos da iniciativa privada, alerta Luiz Gylvan Meira Filho, presidente da Agência Espacial Brasileira, órgão do Ministério de Ciência e Tecnologia. Ele afirma que o segmento, maior responsável pela emissão de gases poluentes na atmosfera e hoje apoiado em hidrelétricas no País, tenderá a basear-se na produção de energia pela queima de carvão, à medida que for privatizado.

“O processo, de retorno mais rápido para os investidores, será uma grande saída para os empresários reaverem os investimentos a curto ou médio prazo, o que não poderia ser obtido através da fabricação de energia pela água. Para as empresas privadas, sairia mais barato até importar carvão para fabricação de energia do que apostar em processos mais limpos”, revela Meira Filho, que participou ontem das primeiras reuniões do “workshop” Agenda 21, Brasil - A Utopia Concreta, que se estenderá até o próximo dia 14, no Rio de Janeiro.

O presidente do órgão acredita que o tema merece a adoção de medidas emergenciais pelo fato de desencadear aumento da temperatura da Terra. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), a temperatura mundial em 2020 poderá vir a crescer de 1,5 a 4,5 graus centígrados, se mantidos os níveis de poluição atmosférica observados atualmente.

Dos poluentes emitidos, 50% não conseguem ser naturalmente absorvidos pela natureza, aumentando a temperatura terrestre. “O problema é sempre o mesmo: como repartir a conta”, diz Meira Filho. Ele cita a emissão maciça de gás “freon” na atmosfera.

O problema ambiental demandava a troca do sistema de refrigeração de todas as geladeiras do mundo e, conta ele, “ninguém quis arcar com os custos quando o assunto foi incluído na Convenção de Biodiversidade. O documento acabou virando mais um projeto, entre tantos”, ressalta.

Segundo Meira Filho, o aquecimento da Terra é um problema de importância muito mais imediata do que o próprio desmatamento da Amazônia para instalação de pastagens, já que prejudicaria as espécies em geral.